

Um exemplo de memória a partir das inscrições latinas do Rio de Janeiro: o Chafariz das Marrecas

Danilo Oliveira Nascimento Julião*

RESUMO: O artigo pretende examinar um exemplo prático de análise sobre a construção da memória em inscrições latinas da cidade do Rio de Janeiro. Para chegar a esse objetivo, nos valem dos estudos de Le Goff (1990), Assmann (2008) e D'Encarnação (1996), que ajudam a pensar a memória na história das cidades. Como exemplo, analisaremos o papel do conjunto formado pela inscrição latina no antigo Chafariz das Marrecas, além de tecermos alguns comentários linguísticos, históricos e culturais.

Palavras-chave: inscrições latinas; Chafariz das Marrecas; logradouros públicos; memória; história do Rio de Janeiro.

A memory example taken from Latin inscriptions in Rio de Janeiro: the Chafariz das Marrecas

ABSTRACT: This article intends to examine a practical example about the construction of memory in Rio de Janeiro's Latin inscriptions. To think about the memory in the cities' history, we based our discussion in the ideas proposed by Le Goff (1990), Assmann (2008) and D'Encarnação (1996). As an example, we will analyze the role of the Latin inscription at the ancient Chafariz das Marrecas, besides presenting some linguistic, historical and cultural comments.

Keywords: Latin inscriptions; Chafariz das Marrecas; public constructions; memory; history of Rio de Janeiro.

Introdução

Este artigo mostrará, a partir de um exemplo prático, como podem ser pensadas as memórias presentes em inscrições latinas encontradas em monumentos e logradouros públicos na cidade do Rio de Janeiro dos séculos XVIII e XIX e de que maneira elas relatam episódios históricos durante esse período. Após termos percebido uma ou duas inscrições em língua latina, nos questionamos sobre a possibilidade de existirem outras inscrições latinas na cidade do Rio de Janeiro e qual seria a sua contribuição para a história da cidade e para os estudos de língua e cultura latina no Brasil.

Nossa proposta, então, foi identificar as inscrições latinas enquanto registros históricos e documentais de fatos marcantes na história da cidade, tais como menções a

* Bacharel em Letras: Português-Inglês pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010), bacharel em Letras: Português-Latim pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2015) e Mestre em Letras Clássicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2018). Foi professor substituto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2017-2019).

algumas reformas urbanísticas e a figuras administrativas importantes para a cidade¹. Da mesma forma, analisamos como as inscrições se propunham a manter um diálogo com os leitores contemporâneos ou pósteros, suscitando uma série de reações, emoções e questionamentos. Para tanto, investigamos, entre outras coisas, o contexto histórico em que as construções e suas respectivas inscrições estiveram envolvidas, assim como alguns conceitos que procuram elucidar o sistema comunicativo das inscrições latinas na cidade e a construção da memória, utilizando como exemplo prático uma inscrição gravada no antigo Chafariz das Marrecas, localizado no Centro do Rio de Janeiro.

1. Breve resumo das bases e conceitos da pesquisa

A princípio, investigamos o sistema comunicativo das inscrições monumentais latinas, com fundamentação nos estudos de Meyer (2011), a qual identificou o sistema comunicativo presente nas inscrições monumentais latinas da época do Principado de Augusto. Este período é relevante porque, durante a administração do *imperator*, houve um aumento significativo² na produção de inscrições latinas e o hábito epigráfico se espalhou por Roma e por outras províncias do Império Romano. Para Meyer, a maioria das inscrições monumentais latinas se encontra em ambiente urbano – característica também identificada nas inscrições latinas cariocas –, transmitindo mensagens em diferentes níveis aos habitantes e, sobretudo, visitantes das cidades.

Esse sistema comunicativo se ilustrava de maneira bem complexa, visto que as inscrições monumentais, que incluíam esse tipo de comunicação, indicam uma série de preceitos e, até certo ponto, moldam o caráter dos leitores, que poderiam ou não participar do processo comunicativo. Ainda de acordo com Meyer, as principais características desse sistema comunicativo são: pertencimento/conexão, sucesso, adequação social e memória. O *pertencimento/conexão* expressava a noção de fazer parte de um grupo ou nicho social (exército, grupo religioso, comerciantes, por exemplo); o *sucesso*, por sua vez, exaltava as atitudes tidas como positivas para a sociedade, como uma conquista territorial ou os êxitos de uma determinada pessoa ao longo de sua vida (em alguns casos, isso equivalia ao *cursus honorum*); a *adequação social* se referia aos preceitos e normas a serem seguidos por aqueles que pertenciam ou queriam pertencer à sociedade romana, como um “manual”, e, por fim, a *memória*, ou seja, as lembranças deveriam ser registradas para os contemporâneos e as gerações futuras.

A partir do sistema comunicativo, as inscrições latinas no Principado funcionavam como um instrumento eficaz de comunicação, transmitindo homenagens, leis e éditos municipais, dedicatórias fúnebres, entre outras coisas. Levando em conta as características citadas anteriormente, observamos que, das quatro características do sistema comunicativo, nas inscrições latinas do Rio de Janeiro sobressaem-se o sucesso e a memória, enquanto pertencimento/conexão e adequação social não aparecem com

¹ Alguns resultados de tal proposta podem ser encontrados na dissertação de mestrado intitulada “As inscrições latinas nos monumentos do Rio de Janeiro dos séculos XVIII e XIX” (JULIÃO, 2018), em que traduzi, comentei e contextualizei as inscrições contidas no corpus de pesquisa. Ao todo, o corpus é composto por vinte e uma inscrições em latim contendo informações acerca das modificações urbanísticas pelas quais a cidade passava entre as décadas de 1760 e 1870.

² Muitos estudiosos de epigrafia latina, como Meyer (2011), entendem o período do Principado de Augusto (27 a.C – 14 d.C) como um “boom epigráfico”, com uma grande quantidade de inscrições parietais e monumentais em latim na cidade de Roma e em outras cidades da Península Itálica, bem como em outras províncias do então Império Romano.

tanta frequência. Levamos em conta que, na antiga capital do Brasil, o hábito das inscrições latinas nesse período se desenvolveu de forma diferente da que ocorreu no Principado: a língua latina já não era a língua franca do mundo e funcionava como língua de saber científico. Do mesmo modo, o alcance da escrita havia mudado consideravelmente, sendo um elemento fundamental dentro das sociedades setecentistas e oitocentistas, seguindo um caminho totalmente diferente da Antiguidade clássica, como afirma Corassin (1998/1999, p. 206):

Em Roma a relação entre escrita e poder atinge seu ponto culminante, com os textos que a autoridade pública emite para conhecimento dos cidadãos e dos habitantes do império em geral. A principal preocupação é a manifestação de poder. A função epigráfica pressupõe a comunicação com o maior número de leitores e a durabilidade das inscrições. Isto explica o uso de letras monumentais no espaço público, sobretudo nos eixos de maior circulação.

Podemos notar, então, que a função epigráfica na Antiguidade romana comportava um papel ainda mais importante, já que as sociedades da época experimentavam o desenvolvimento da escrita; por outro lado, nos séculos XVIII e XIX, a escrita já havia se consolidado totalmente e a própria função das inscrições epigráficas sofrera transformações, de modo que seu alcance não era mais o mesmo da Antiguidade. As inscrições epigráficas latinas na cidade do Rio de Janeiro representam um reflexo da retomada da cultura greco-romana, ocorrida durante as várias etapas do Renascimento, como D'Encarnação (1996, p. 103) afirma:

Durante a época medieval, foi a cultura livresca que mais suscitou o interesse dos eruditos monges, que devido ao seu reconhecimento conventual, era com os manuscritos antigos que primordialmente conviviam. Mas já no Renascimento vamos encontrar réplicas das inscrições romanas monumentais; e o surgimento, por exemplo em França, da *Académie des Inscriptions et Belles-Lettres* (1663) vem responder à necessidade de, para cada monumento ou para perpetuar determinado acontecimento ou a memória de uma personagem, se gizar uma inscrição de acordo com os modelos da Antiguidade Clássica.

Durante esse processo de retomada dos valores culturais greco-romanos, o estudioso indica que se encontravam várias réplicas das inscrições romanas monumentais, apresentando fórmulas e abreviaturas recorrentes na Antiguidade. Mas, além de apresentar esse aspecto, encontram-se, nas inscrições latinas cariocas – se assim é permitido nomeá-las – a presença de termos que correspondem à realidade da então capital da Colônia e do Império: por exemplo, existem referências aos governantes de Portugal e Brasil ora através de seus nomes, ora identificados por seus títulos (rei, vice-rei, marquês etc.), entre outras características que serão identificadas durante a análise da inscrição estudada.

Os conceitos trabalhados em conjunto com o sistema comunicativo das inscrições latinas foram inscrição, memória e monumento. Valendo-nos dos estudos de Meyer (2011), Keppie (1991) e Desbordes (1995), percebemos que a inscrição, objeto de estudo da epigrafia, é uma parte integrante da obra ou da construção em que ela está localizada; nesse contexto, a inscrição não se caracteriza como uma mensagem

aleatória, mas indica e detalha uma série de informações histórico-sociais, preceitos e dados sobre uma determinada figura ilustre ou reforma urbanística. Um aspecto que chama a atenção é que as inscrições latinas cariocas buscam (quase) sempre exaltar as mudanças urbanísticas, bem como a figura da pessoa que as encomendou, construindo uma imagem muito positiva, por vezes exagerada, da cidade do Rio de Janeiro.

De acordo com Le Goff, “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1990, p. 423), de modo que ela traça uma ponte entre passado, presente e futuro. Para Assmann (2008) e Spencer (2013), a memória funciona como um arquivo de informações que contribuem para a construção de uma identidade, seja ela individual ou coletiva. Ainda, de acordo com Assmann, a memória provoca algum tipo de reação ou sentimento (admiração, raiva, saudade, felicidade, sentimento cívico, entre outros) nos leitores das inscrições, pois dessa maneira, acredita-se que a propriedade da memória cumpriu sua função com eficácia, ao mesmo tempo em que ela transmite traços distintivos de uma sociedade (a forma a que se refere às suas instituições, dedicatórias, divindades etc.), transformando as inscrições em documentos de valor inestimável.

O instrumento utilizado para evidenciar e ampliar a memória expressa pelas inscrições latinas é o **monumento** e, utilizando os estudos de Ruiz-Gutiérrez (2017) e Choay (2001), percebemos que este apresenta uma dupla definição para a sua função: a primeira, na Antiguidade, era a placa comemorativa onde se encontrava a inscrição, e a segunda, muitos séculos depois, representa a própria construção onde a placa comemorativa e a inscrição se localizavam. A princípio, o monumento estava intimamente ligado ao contexto funerário, em sepulcros, túmulos e mausoléus; posteriormente, passou a figurar em obras públicas e construções comemorativas. Ressaltamos ainda que tanto o monumento quanto a memória estão intimamente ligados, a partir do étimo latino *mens* (“mente”); a memória é uma das propriedades da mente, enquanto o monumento (em latim, *monumentum*, originado do verbo latino *monēre*, “advertir”, “lembrar”) é um mecanismo para lembrar ou advertir seus leitores sobre alguém ou algum evento.

O monumento, na cidade do Rio de Janeiro, se apresenta em construções, que fizeram parte do conjunto arquitetônico da cidade durante a época Colonial (séculos XVI ao XVIII) e Imperial (século XIX). O período compreendido entre o final do século XVIII e o final do século XIX foi particularmente importante para a cidade, posto que, por uma série de fatores (como as reformas urbanísticas pelas quais a cidade passou nos últimos dois séculos), muitas das inscrições não mais existissem, porque suas respectivas construções foram totalmente ou parcialmente derrubadas. A própria noção de monumento enquanto patrimônio histórico surge apenas a partir do final do século XIX: tal característica transforma as obras e construções públicas em monumentos da cidade, justamente por conservar uma parte da história local em sua estrutura ou em suas inscrições. No caso de nossa pesquisa, o recorte temporal possuiu um papel muito relevante, já que, graças a ele, delimitamos o corpus de inscrições a serem trabalhadas, bem como os fatos históricos relevantes para contextualizar e entender o período escolhido.

2. O recorte temporal e fatos sobre a história da cidade do Rio de Janeiro

Os períodos colonial e imperial, a que pertencem as inscrições e suas construções (entre as décadas de 1760 e 1870³), foram escolhidos à medida que as inscrições foram encontradas em obras dos acervos da Biblioteca Nacional (BN) e do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB). Serviram-nos como base para o estudo da época os textos de Sanmartin (1928, 1929 e 1931) e de Ferreira (1929), que trazem contribuições substanciais para podermos identificar algumas características das inscrições de uma forma geral. Os artigos ainda são sumamente importantes por se constituírem em alguns dos poucos registros encontrados onde as inscrições latinas na cidade do Rio de Janeiro são apresentadas. Como dissemos, muitas das construções não mais existem, ou por motivos de transferência de seus locais originais, por abandono ou por demolição motivada por novas reformas urbanísticas.

Durante os séculos XVIII e XIX, a cidade do Rio de Janeiro vivenciou um período de grandes transformações, tornando-se uma das cidades mais importantes da Colônia: no começo do século XVIII era destino final do escoamento do ouro de Minas Gerais e viu seu porto granjear importância entre as províncias, recebendo grande influxo de visitantes locais e estrangeiros. Com o aumento da visibilidade, a cidade foi alvo de invasões estrangeiras (sobretudo francesas, que desejavam estabelecer uma nova sede no Brasil, tal como aconteceu durante o período da França Antártica). Ameaçado pelos conflitos que envolviam a Colônia de Sacramento, ao sul do Brasil, os conflitos ibéricos que se estenderam por boa parte do século XVIII e também por um plano orquestrado por Luís XVI para transformar a cidade do Rio de Janeiro numa das sedes ultramarinas do governo, a administração portuguesa decidiu transferir a capital de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763. Ao longo do século, a cidade passou por um grande processo de expansão, mas, com a mudança de capital, uma reforma urbanística se fazia necessária. Até o final do século XVIII, os vice-reis brasileiros fizeram uma série de licitações para promover obras de incursão ao interior da província, assim como para expansão da cidade a outras áreas margeadas pela Baía de Guanabara.

No século XIX, a cidade vivenciava um momento de tensão pela ascensão de Napoleão I ao poder e pelo conflito com outras nações europeias, em especial a Inglaterra. Como Portugal não obedeceu ao Bloqueio Continental (1806) e deixou de ser aliado da Inglaterra, a França começou a invadir Portugal e forçou a saída imediata da Família Real Portuguesa para o Brasil. Com a chegada desta, a cidade do Rio de Janeiro passou por outras modificações: além de sofrer um processo de expansão ainda mais acentuado com o advento da ferrovia na segunda metade do século, tornou-se a sede do Império e, depois da Independência, a capital do Brasil e do Município Neutro⁴ (criado durante o Período Regencial); e recebeu um fluxo muito grande de visitantes estrangeiros, principalmente, ex-soldados e generais bonapartistas, artistas das Missões Artísticas Francesa (1816) e Austríaca (1817), assim como imigrantes diversos em busca de melhores condições de vida. No século XIX, a cidade encontrava-se ainda em expansão, com a construção de novas estações ferroviárias e, por conseguinte,

³ Esse recorte apresenta um período importantíssimo para a cidade. Na parte inicial do recorte, em 1763, a cidade se transforma na segunda capital brasileira e, ao final do nosso recorte temporal, a cidade vive um momento de expansão industrial e habitacional, com o interior do Município Neutro ganhando novos habitantes por causa do crescimento da malha ferroviária.

⁴ Trata-se de uma unidade administrativa criada durante o Período Regencial, em 1834, equivalente ao território do atual município do Rio de Janeiro. Existiu até 1891, quando se tornou Distrito Federal, deixando de ter essa nomenclatura quando a capital foi transferida para Brasília, em 1960. O antigo Município Neutro ficou conhecido como Estado da Guanabara até 1975, quando houve a fusão com o antigo Estado do Rio de Janeiro (cuja capital era Niterói).

expandiu-se a habitação para áreas mais afastadas do centro da cidade. Ainda, destacamos a reforma de fortalezas da cidade, executadas por causa de conflitos diplomáticos com a Inglaterra, que ameaçava a paz local.

As mudanças no *status* da cidade se refletiram em seu crescimento urbano com o intuito de acomodar o novo contingente da população. Com isso, foi necessário modificar a geografia natural da cidade, com a derrubada de morros, aterramento de charcos e pântanos, lagoas e faixas litorâneas para transformar a localidade acidentada em terra plana e, dessa forma, possibilitar a construção de habitações, logradouros e instituições necessários para o bom funcionamento da cidade. A presença de inscrições em língua latina na cidade do Rio de Janeiro se deve, então, à influência europeia na cultura colonial, de modo que muitos dos que conseguiam compreender tais inscrições eram visitantes estrangeiros ou acadêmicos, que possuíam grande conhecimento da língua latina. Outra particularidade é que quase todas as inscrições se localizam próximas à Baía de Guanabara e em construções relativas ao abastecimento de água.

Queremos ressaltar que, além das inscrições em língua latina, existiam outras inscrições em língua vernácula. Estas igualmente se encontravam em fortes e fortalezas, chafarizes e outros prédios públicos. As inscrições possuem alguns aspectos em comum, como a já citada proximidade da Baía de Guanabara, além de conterem informações como a data de construção ou de reforma das construções e seus responsáveis; a nomeação dos reis de Portugal, vice-reis e imperadores do Brasil, responsáveis pela licitação e financiamento das obras, assim como informações sobre a própria construção e as reformas realizadas no entorno das áreas.

Sobre o hábito das inscrições latinas na cidade do Rio de Janeiro, consideramos, até certo ponto, a tradição emulativa⁵, própria do mundo greco-romano, como símbolo de perfeição, erudição e modelo cultural. Esse fato tem consequências marcantes: distanciar boa parte da população dos eventos retratados nas inscrições, tendo em vista que o povo era nomeado em algumas dessas inscrições, mas sem participação ativa. Encontramos também uma série de termos que ligam as inscrições latinas cariocas àquelas produzidas na Roma Antiga, assim como expressões de fórmulas próprias desse universo – como *pius*, *augustus*, *felix* – e epítetos já do período do Império (Imperador Constitucional do Brasil, Perpétuo Defensor).

3. Um exemplo prático: o Chafariz das Marrecas

A melhor forma de exemplificar os argumentos apresentados é analisar uma dessas inscrições, no antigo Chafariz das Marrecas, que se encontrava de frente para o Passeio Público, no Centro do Rio de Janeiro, um dos principais pontos da cidade, que se constituiu em marco da reformulação urbana empreendida durante o vice-reinado de D. Luís de Vasconcelos e Sousa, o Conde de Figueiró (1779-1790). De acordo com Magalhães Correa (1935), esse chafariz fazia parte do conjunto de chafarizes construídos para sanar um problema crônico de abastecimento de água na cidade. O referido chafariz começou a ser construído após o aterramento da Lagoa do Boqueirão

⁵ A emulação era uma forma de expressão literária em que o autor de determinado gênero literário usa os mesmos lugares-comuns e elementos compositivos específicos do mesmo, tal como outros autores fizeram no passado. No caso das inscrições epigráficas, a emulação ocorria com a repetição de fórmulas, abreviaturas e expressões utilizadas na Antiguidade romana e retomadas a partir do Renascimento.

da Ajuda, única lagoa na área central da cidade, que se comunicava com a Baía de Guanabara, mas um verdadeiro depósito de excrementos e fonte de pestilência⁶.

Sua inauguração ocorreu em 1785, dois anos após a abertura do Passeio Público, constituindo-se em um dos muitos empreendimentos para sanar o problema de abastecimento de água na cidade. O chafariz foi criado por Mestre Valentim – também projetista do Passeio Público – e se localizava na antiga Rua das Belas Noites (atual Rua das Marrecas), assim conhecida devido à quantidade de bordeis ali existentes. A fonte possuía dois tanques, alimentados por bicas simples. Na parte de cima, encontrava-se um terceiro tanque, no qual caía a água que jorrava do bico de cinco marrequinhas de bronze, que fez com que ficasse conhecido como Chafariz das Marrecas, posteriormente dando nome também à rua em frente ao chafariz. Duas estátuas ainda faziam parte do conjunto do Chafariz, uma representando a ninfa Eco e outra o caçador Narciso. Confeccionadas igualmente por Mestre Valentim, as estátuas foram as primeiras obras em metal fundidas no Brasil. Durante mais de um século, o chafariz forneceu água para as áreas no seu entorno, como o Passeio Público, a Lapa e o Campo D’Ajuda (atual Cinelândia); por conta de ampliações do quartel da Polícia Militar, o chafariz foi demolido em 1896 e suas estátuas foram transferidas para o Jardim Botânico, onde permanecem no memorial Mestre Valentim até os dias atuais. No centro do antigo chafariz, lia-se a seguinte inscrição:

MARIA – PRIMA ET PETRO – TERTIO – REGNANTIBUS.
PESTIFERO – QUONDAM – EXSICCATO – LACU
ET – IN – AMBULATIONIS – FORMAM – REDACTO.
INGENTIS – MURO – MARINIS – PROPULSATIS – AQUIS.
FONTANIS – INDUCTIS – VOMENTI – AERE
PARIETIBUS – RUPTIS – IN – VIAM – CONVERSO – HORTO
DOMIBUS – MIRABILIS – SYMETRIA – CONSTRUCTIS.
ALOYSIO VASCONCELLO DE SOUZA – PROREGI -
CUJUS AUSPICIIS – HAEC – SUNT – PERPETRATA.
FLUVII – IANUARI – POPULUS – GRATI – ANIMI ERGO.
PRIDIE – KALENDAS – AUGUSTII AN.
MDCCLXXXV.⁷

No reinado de Maria I e de Pedro III, dissecou-se uma lagoa outrora pestífera e transformou-se no traçado de um passeio; construiu-se um muro para conter as águas do mar imenso. Conduzidos os mananciais pelo bronze que jorra e derrubadas as paredes, converteu-se o jardim numa rua; construíram-se casas com admirável simetria, sendo Luís de Vasconcelos e Sousa vice-rei, sob cujos auspícios estas obras foram executadas. Assim, o povo do Rio de Janeiro é de bom ânimo, no dia antes das calendas de agosto do ano de 1785⁸.

Infelizmente, não é possível determinar a autoria do texto latino, tampouco o encarregado de gravá-lo no chafariz; acreditamos, no entanto, tratar-se de um texto

⁶ Por causa de uma grande epidemia naquela área da cidade, o vice-rei D. Luís de Vasconcelos e Sousa decidiu aterrará-la, posteriormente, dando origem a uma nova área urbana. A área da lagoa corresponde aos atuais Passeio Público, inaugurado em 1783, e Rua do Passeio, fronteira ao jardim.

⁷ Ver CORRÊA, 1935, p. 59.

⁸ Tradução nossa.

criado por pessoas pertencentes a instituições civis ou religiosas que dominavam o uso do latim, de modo que eles utilizavam a variante clássica e culta do latim, fazendo pequenas alterações para aqueles termos que pertenciam à realidade da cidade (para falar do vice-rei da cidade à época, D. Luiz de Vasconcellos e Souza, por exemplo). Quanto ao texto traduzido embora tenhamos encontrado algumas traduções feitas no século XIX, optamos em transpor o texto da inscrição por nossa própria conta, primeiro para perceber aspectos linguísticos e histórico-culturais da inscrição e segundo para trazer o texto em língua portuguesa para a atualidade, sem perder a essência de um texto epigráfico.

A inscrição narra uma das mais importantes reformas urbanísticas do século XVIII: o aterramento da Lagoa do Boqueirão da Ajuda e a construção do Passeio Público, considerado como a obra que viabilizou o povoamento da área e que resultou na criação de um local privilegiado por oferecer um espaço de fruição nunca imaginado, posto que anteriormente a cidade não possuía um ambiente dessa natureza. Podemos perceber que, após a menção aos reis de Portugal à época, D. Maria I e D. Pedro III, o uso de ablativos absolutos⁹ serve para enumerar e narrar as mudanças ocorridas naquela região (exemplos: **PESTIFERO EXSICCATO LACU, REDACTO MURO, INGENTIS MARINIS PROPULSATIS AQUIS, DOMIBUS CONSTRUCTIS, CONVERSO HORTO, PARIETIBUS RUPTIS**; grifos nossos).

A primeira mudança narrada pela inscrição, logo após a menção aos reis de Portugal, é o processo de aterramento da lagoa (**PESTIFERO QUONDAM EXSICCATO LACU**); curiosamente poderíamos associar esse processo de aterramento ao que ocorreu em parte do Rio Tibre, em Roma, considerado como o berço da fundação de Roma. A partir desse evento, aconteceram outras mudanças urbanísticas nos arredores da antiga lagoa: a construção de casas (**DOMIBUS MIRABILIS SYMETRIA CONSTRUCTIS**), visando ao povoamento daquela área, outrora tomada pela pestilência da antiga lagoa (motivo que impedia a habitação em décadas anteriores ao seu aterramento), a abertura de ruas, como a Rua do Passeio e a Rua das Belas Noites (**IN AMBULATIONIS FORMAM REDACTO**), a própria construção do chafariz (**FONTANIS INDUCTIS VOMENTI AERE**), a construção de uma mureta para conter as águas da Baía de Guanabara (**INGENTIS MURO MARINIS PROPULSATIS AQUIS**), também conhecida como Cais Novo da Glória¹⁰, e a construção do Passeio Público (**PARIETIBUS RUPTIS IN VIAM CONVERSO HORTO**).

Além da menção aos reis de Portugal (**MARIA PRIMA ET PETRO TERTIO REGNANTIBUS** – reinando Maria I e Pedro III), existe uma menção ao vice-rei brasileiro à época, Luís de Vasconcelos e Souza (**ALOYSIO VASCONCELLO DE SOUZA PROREGI**, “sendo Luís de Vasconcelos e Souza vice-rei”), atribuindo-lhe a autoria dos empreendimentos citados na sequência dos ablativos absolutos. Observamos, nessa inscrição, um agradecimento feito, aparentemente, por parte do povo da cidade ao governante (**FLUVII – IANUARI – POPULUS – GRATI – ANIMI ERGO**, “assim, o povo do Rio de Janeiro é de bom ânimo”).

⁹ Estruturas sintáticas latinas que funcionam como orações subordinadas adverbiais reduzidas de participípio que não possuem vínculo com a oração principal; essas podem apresentar o participípio presente ou passado. Equivalem às orações subordinadas adverbiais no português, expressando, principalmente, circunstâncias de tempo, causa e condição.

¹⁰ Uma das denominações dadas à antiga Praia das Areias de Espanha, depois conhecida como Praia da Lapa. Essa denominação servia para diferenciá-la do Cais Velho da Glória, situado em frente ao Chafariz do Caminho da Glória, no bairro da Glória. Por causa dos sucessivos aterros, deu origem à Rua do Boqueirão da Lapa, depois Rua do Cais Novo da Glória. Atualmente, chama-se Avenida Augusto Severo.

Esse aspecto chama a atenção, uma vez que boa parte dos habitantes da cidade não participava da confecção da inscrição latina. Faz-se necessário compreender que a língua latina, à época retratada na inscrição era um sinal de erudição e, portanto, de princípio excludente, já que boa parte dos habitantes não possuía acesso à educação básica, tampouco aos conhecimentos de língua latina. Tais aspectos mostram que a inscrição latina não foi ali colocada para compreensão da totalidade dos habitantes, mas para outros que compreendessem aquele tipo de código linguístico.

Outro aspecto que sobressai na inscrição é a datação, feita de acordo com os critérios romanos: neste contexto, o dia 31 de julho de 1785 é representado como o dia antes das calendas de agosto, segundo o calendário romano (PRIDIE – KALENDAS - AUGUSTII AN. MDCCLXXXV, “no dia antes das calendas de agosto no ano de 1785”). Isso também merece atenção, visto que o critério de escolha na datação não é feito de forma aleatória, mas seguindo um padrão adotado pela Igreja Católica desde o Renascimento.

Considerações finais

A partir da análise e dos comentários¹¹, concluímos que a inscrição funciona como um documento que narra as mudanças ocorridas entre os anos de 1779 e 1785, na região onde a antiga Lagoa do Boqueirão da Ajuda se localizava. Utilizando-se das estruturas gramaticais em latim, esse “documento de pedra” registra os acontecimentos e os feitos dos governantes numa narrativa extensiva àqueles que compreendiam o idioma do Lácio. Tal capacidade, todavia, era quase que restrita aos viajantes estrangeiros e aos representantes das camadas mais altas da sociedade, com acesso ao letramento na língua latina. Interessante perceber que o chafariz era um ponto de circulação de pessoas dos mais vários níveis sociais; assim, a inscrição representava um mecanismo possível para delimitar o espaço de participação de muitos cidadãos.

Mesmo que boa parte das inscrições latinas cariocas tenha desaparecido, por conta da falta de conservação ou das constantes mudanças urbanísticas realizadas na cidade a partir da República (talvez identificando um esforço em apagar os vestígios do Brasil-Colônia e do Brasil-Império), podemos divisar um trabalho de memória da história do Brasil através das inscrições restantes. As fotografias e os registros em livros¹² nos ajudam a lançar luz sobre esse arquivo documental de uma memória perdida da cidade; mais do que isso, mostram uma narrativa construída de uma cidade em expansão, uma *urbe* administrada por governantes muitas vezes comparados a figuras mitológicas e divinas, que estava em plena expansão, apesar das dificuldades não indicadas nas inscrições. Além do mais, as inscrições, funcionando como pequenos “capítulos de pedra”, representam uma oportunidade única de encontrar vestígios da língua latina na cidade do Rio de Janeiro, auxiliando na construção da memória da cidade.

REFERÊNCIAS

¹¹ Os comentários à inscrição baseiam-se não apenas na tradução da inscrição, mas também nas leituras sobre as inscrições da cidade e a História do Rio de Janeiro, assim como nas consultas às obras que falam sobre epigrafia latina.

¹² Esses registros se encontram em Sanmartin (1928-1931), Ferreira (1929) e Corrêa (1935).

ASSMANN, Jan. Communication and cultural memory. In: *Cultural memory studies - An International and Interdisciplinary handbook*. Berlin; New York: De Gruyter, 2008, p. 109-118.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do monumento*. São Paulo: Editora Liberdade/UNESP, 2001.

CORASSIN, Maria Luiza. O uso da escrita na epigrafia latina. *Classica*, São Paulo, v. 11/12, n.11/12, p. 205-212, 1998/1999.

CORRÊA, Magalhães. *Terra Carioca: Fontes e Chafarizes*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935.

DESBORDES, Françoise. *Concepções sobre a escrita na Roma antiga*. Trad. Fúlvia M. L. Moretto e Guaracira Marcondes Machado. São Paulo: Ática, 1995.

D'ENCARNAÇÃO, José Manuel dos Santos. Epigrafia Latina e História Romana. *Phoênix*, Rio de Janeiro, v.2, p. 101-108, 1996.

FERREIRA, Vieira. Antigas inscrições do Rio e Niterói. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 106, v. 160, p. 29-58, 1929.

JULIÃO, Danilo Oliveira Nascimento. *As inscrições latinas nos monumentos do Rio de Janeiro dos séculos XVIII e XIX*. 129f. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas: Latim). Faculdade de Letras: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

KEPPIE, Lawrence. *Understanding Roman inscriptions*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1991.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1990, p. 535-549.

MEYER, Elizabeth A. Epigraphy and Communication. In: *Oxford handbook of social relation in the Roman world*. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 191-226.

RUIZ-GUTIÉRREZ, Alicia. *Monumenta memoriae causa: registros epigráficos de la memoria en el mundo romano*. In: GIL, José Manuel Iglesias; RUIZ-GUTIÉRREZ, Alicia (eds.). *Monumenta et memoria. Estudios de epigrafía romana*. Roma: Edizioni Quasar di S. Tognon, 2017, p. 11-35.

SANMARTIN, Bernardo. *Testemunhos de inícios vários na ex-cidade de São Sebastião, actual Capital federal da República dos E.U. do Brasil*. T. 1. Rio de Janeiro: Bernardo Sanmartin, 1928.

_____. *Testemunhos de inícios vários na ex-cidade de São Sebastião, actual Capital Federal da República dos E.U. do Brasil*. T. 2. Rio de Janeiro: Bernardo Sanmartin, 1929.

_____. *Testemunhos de inícios vários na ex-cidade de São Sebastião, actual Capital Federal da República dos E.U. do Brasil*. T. 3. Rio de Janeiro: Bernardo Sanmartin, 1931.

SPENCER, Diana. Ρωμαίζω ... ergo sum: becoming Roman in Varro's *De Lingua Latina*. In: BOMMAS, Martin (Ed.). *Cultural memory and identity in Ancient societies*. London: Continuum International Publishing Group, 2013, pp. 43-78.

Data de envio: 24-10-2018

Data de aprovação: 12-08-2019

Data de publicação: 05-10-2019